

Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo lança 43ª edição

Com inscrições de 1º a 25 de outubro, tema deste ano é o feminicídio

/ DIREITOS HUMANOS

Alessandra Xavier
alessandram@jcrs.com.br

A 43ª edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo foi lançada oficialmente nesta quinta-feira, durante a programação da Cidade da Advocacia, no Cais Embarcadero, em Porto Alegre. Promovida pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil - seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS), a iniciativa reconhece produções jornalísticas voltadas à denúncia de violações e à promoção dos direitos humanos. Neste ano, o tema central da premiação será o feminicídio.

Segundo Rodrigo Puggina, coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB, estão elegíveis para concorrer todos os materiais publicados até o início da data de inscrição, de 1º a 25 de outubro. A premiação acontece no dia 10 de dezembro.

Aberto a concorrentes de toda a América do Sul, o prêmio contempla as categorias reportagem, fotografia, áudio (rádio e podcast), televisão, jornalismo, crônica, documentário, grande reportagem (livro) e acadêmico. Nesta edição, a organização também anunciou a criação de uma nova categoria voltada à comunicação pública, destinada a jornalistas vinculados a órgãos e assessorias de imprensa do setor público.

Instituído em 1984 pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, em parceria com a OAB/RS, o prêmio define anualmente



Lançamento ocorreu durante a programação da Cidade da Advocacia

um tema relacionado à defesa dos direitos fundamentais. Em 2025, a temática foi “O passado que não passa”, enquanto, em 2024, as discussões tiveram como eixo a democracia.

“Entre todas as categorias referentes aos temas de direitos humanos, se elege uma categoria específica sobre uma questão que está mais em relevância naquele momento. Este ano, o tema foi escolhido em decorrência do aumento expressivo do número de feminicídios, tanto no Rio Grande do Sul como no País”, afirma Puggina.

Durante o lançamento, o presidente do MJDH, Jair Krischke, afirmou que a escolha do feminicídio como tema da edição reflete o aumento dos casos registrados nos últimos anos e a necessidade de ampliar o debate público sobre a violência contra as mulheres. Segundo ele, é fundamental aprofundar a compreensão do fenômeno sob a perspectiva jornalística, explorando diferentes dimensões do problema e contribuindo para

a formação de uma consciência coletiva sobre o tema. “É um problema cultural. Nós precisamos atuar fortemente contra isso e a imprensa jornalística é formadora do trabalho”, ressalta.

Marcando o lançamento da premiação, o evento também contou com um painel dedicado ao feminicídio, trazendo a presença de Alice Bianchini, conselheira de Notório Saber do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e a professora e pesquisadora Joice Graciele Nielsson.

Ao longo da conversa, as convidadas ressaltaram os 20 anos da Lei Maria da Penha como um marco no enfrentamento à violência de gênero, mas enfatizaram que o país ainda enfrenta o desafio de transformar uma cultura que normaliza agressões contra as mulheres. Elas também defenderam que o feminicídio seja tratado de forma permanente no debate público e alertaram para os impactos dos ataques ao movimento feminista na garantia dos direitos das mulheres.

Impactos ‘invisíveis’ do feminicídio são foco de campanha

Joaquim Porto
joaquimp@jcrs.com.br

Nesta sexta-feira, a Lei Maria da Penha completa 20 anos. Desde sua criação, a norma criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Mesmo com tal lei, o Brasil ainda é um dos países que mais mata mulheres no mundo.

Apenas no ano passado, foram contabilizados mais de 1.500 casos. No Rio Grande do Sul, em 2025, o número de feminicídios chegou a 80. Somente até junho deste ano, já foram relatados 41 casos.

A lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Segundo dados do Departamento de Planejamento e Integração e Observatório da Segurança Pública do Estado, até junho deste ano, foram tentados 122 feminicídios no RS, e 41 consumados.

Em comparação ao ano passado, houve diminuição de 8,9% - ante os 134 tentados em 2025. Já os casos que, infelizmente, foram consumados, há aumento de 13,88% - ante as 36 fatalidades até o mesmo período do ano passado.

Em indicadores de violências gerais (feminicídio tentado, feminicídio consumado, ameaça, estupro, lesão corporal) contra as mulheres no Rio Grande do Sul, o número até junho de 2025 era de 27.022 - em comparação com este ano, o indicador diminuiu 6,75%, com 25.196 casos.

Nesse cenário, a agência Moove, juntamente ao Comitê Gaúcho Eles por Elas (HeForShe) lançou uma campanha que aler-

ta para os impactos invisíveis do feminicídio, especificamente, na vida das crianças. Nos últimos quatro anos, mais de 660 crianças acabaram ficando órfãs por conta dos assassinatos de mulheres, em que a mãe é morta pelo pai, que acaba preso. “Optamos por não representar a violência em si, mas sim para dar visibilidade ao vazio que essa violência produz. O feminicídio não termina na vítima, ele também continua na vida de quem ficou”, explica Cado Bottega, head de criação da Moove.

Bottega ainda diz que, se a iniciativa conseguir salvar uma mulher, já terá cumprido o seu papel. “Do jeito que está a situação hoje, principalmente aqui no Rio Grande do Sul, é muito preocupante. Pensamos que devemos fazer a nossa parte, e esperamos que a campanha realmente surta efeitos”, aponta.

Nas redes sociais, a campanha diz que o feminicídio interrompe uma vida, mas seus efeitos permanecem todos os dias na vida de crianças e famílias que aprendem a conviver com uma dor permanente. Romper o silêncio pode impedir que essa história se repita.

Monitoramento dos Indicadores de Violência Contra as Mulheres no Estado do Rio Grande do Sul no Ano de 2026

Até junho

- ▲ Feminicídio tentado - 122
- ▲ Feminicídio consumado - 41
- ▲ Ameaça - 15.541
- ▲ Estupro - 1.001
- ▲ Lesão corporal - 8.491

FONTE: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO E OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO

Metsul e Defesa Civil alertam para efeitos de ciclone extratropical em Porto Alegre

/ CLIMA

Jamil Aiquele
jamil@jcrs.com.br

Com chegada de um ciclone extratropical prevista para a noite desta quinta-feira, o Rio Grande do Sul se prepara para os impactos do evento climático que devem se prolongar durante essa sexta, causando transtornos sérios. O fenômeno meteorológico é impulsionado pelo violento

contraste entre uma massa de ar quente que atua no Sul do Brasil e uma massa de ar frio presente no Sul da Argentina. Esse choque térmico deve provocar uma queda brusca e muito rápida da pressão atmosférica sobre o Uruguai.

Para os moradores de Porto Alegre, a MetSul Meteorologia alerta que o evento se dividirá em duas fases principais. Inicialmente, a violenta linha de instabilidade pré-frontal atingiria a cidade no final de quinta-feira, trazendo

o risco imediato de tempestades severas e vendavais repentinos.

Na sequência, mesmo após a tempestade inicial passar, o risco continua. Entre a madrugada e a tarde de sexta-feira, a capital gaúcha e as cidades ao sul da área metropolitana (próximas à Lagoa dos Patos) devem enfrentar horas consecutivas de ventania gerada pelo ciclone.

A previsão aponta ventos persistentes entre 60 km/h e 80 km/h, com rajadas isoladas que

podem chegar à marca dos 100 km/h. Ao longo da sexta-feira, esses ventos impulsionam a chegada de uma forte massa de ar frio que derrubará as temperaturas.

Saindo da Capital, a MetSul projeta um evento de extrema gravidade no interior gaúcho. Todas as regiões enfrentam perigo, mas os dados apontam um risco maior de danos no Oeste, Centro e Sul do Rio Grande do Sul. O avanço da linha de instabilidade deverá causar impactos generali-

zados na rede elétrica, o que deve resultar na falta de luz em grande escala.

Durante a formação das tempestades, os ventos devem oscilar de 70 km/h a 100 km/h na maior parte do Estado, mas algumas áreas mais críticas devem registrar ventos de até 150 km/h. A empresa de meteorologia alerta, inclusive, que não pode ser descartada a possibilidade de fenômenos extremos, como a formação de tornados.